

SERVIDORES PÚBLICOS: UMA ANÁLISE DA SAÚDE MENTAL DO POLICIAL MILITAR

Ana Cristina Siqueira

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo apresentar resultados de pesquisas que mostram a percepção que o policial tem acerca de sua saúde mental. Apresentar também, possíveis causas do adoecimento mental e suas consequências sociais. A metodologia usada foi bibliográfica pesquisada no Google acadêmico. Em suma, foram selecionados oito artigos, quatro matérias de jornais e duas reportagens. Alcançando os seguintes resultados: percepção do policial militar diante a saúde mental, não é consolidada e nem homogênea, os que adoeceram percebem tardiamente e os que estão em processo de adoecimento não percebem os riscos. As pesquisas evidenciaram que o policial militar vivencia situações traumatizantes e não recebem acompanhamento psicológico adequado e suficiente. O que se destacou nas pesquisas realizadas, foram os baixos salários pagos a categoria e as más condições de trabalho. Foi constatado que o adoecimento do policial militar acarreta imensos problemas à sua vida, dos seus familiares e para a sociedade a qual eles prestam serviços. Para políticas e processos de trabalho sadios, pontuamos a necessidade de um investimento eficaz do Estado na segurança pública.

PALAVRAS-CHAVE: polícia militar; saúde mental; psicologia.

ABSTRACT

This article aims to present research results that show the policeman's perception of his mental health. Also present possible causes of mental illness and its social

consequences. The methodology used was bibliographic researched in Google academic. In short, eight articles, four newspaper articles and two reports were selected. Achieving the following results: the perception of the military policeman regarding mental health is neither consolidated nor homogeneous, those who become ill perceive late and those who are in the process of becoming ill do not realize the risks. Research has shown that military police officers experience traumatizing situations and do not receive adequate and sufficient psychological counseling. What stood out in the researches were the low salaries paid to the category and the poor working conditions. It has been found that the illness of the military police officer causes immense problems for their lives, their families and the society to which they provide services. For sound policies and work processes, we stress the need for effective state investment in public safety.

KEYWORDS: military police; mental health; psychology.

INTRODUÇÃO

O servidor público desempenha tarefas essenciais na administração pública. Quando esse trabalhador não está em seu pleno estado de saúde física ou mental é a sociedade que sofre esse impacto, já que o cidadão beneficiado com os serviços prestados é o mesmo que custeia essa ação. Aqui, entendemos servidor público como “[...] quem trabalha para a administração pública em caráter profissional, não eventual, sob vínculo de subordinação e dependência, recebendo remuneração diretamente dos cofres públicos” (DALLARI, 1989, p.16).

Assim, entende-se que a ação desse trabalhador é subordinada a hierarquias vigentes e com isso seu agir não é independente, pois é parte de todo um conjunto, incluindo chefias, políticas e cidadãos, que por fim são os usuários dos serviços públicos.

As recentes informações obtidas através da mídia sobre o desgaste físico e mental, do policial militar, foi o que motivou a realização desse trabalho. Tendo de início como hipótese que a profissão por si, já é de alto risco de comprometimento psicológico. E por se tratar de agentes de segurança, que se submetem a proteger

a sociedade colocando em risco a própria vida, é de suma importância para a sociedade, que esses servidores venham ganhar a visibilidade necessária para uma futura melhoria.

Diante dessa percepção, esse trabalho propõe investigar como é a percepção do policial militar diante da saúde mental, quais as possíveis causas do adoecimento mental e suas consequências, buscando contribuir no campo da pesquisa para políticas e processos de trabalho sadios e humanizados.

Para tal entendimento, foi consultado artigos acadêmicos, jornais e mídias que orientou a chegar as conclusões.

REFERENCIAL TEÓRICO

O trabalho está relacionado à construção de uma identidade, definindo parte do sujeito como ser e estrutura em uma posição social do homem contemporâneo, o que acarreta impactos psíquicos, sociais e físicos. Para Marx, “o trabalho, atuando sobre a matéria, transforma e cria ‘coisas’ que de alguma forma farão parte da vida dos homens. O homem, atuando assim sobre a natureza extrema e modificando-a, modifica sua própria natureza” (MARX, 2002, p. 2).

Para adentrarmos na esfera pública contaremos com os escritos de Carneiro que relatam:

A organização pública é distinta da organização privada, já que o ingresso dos servidores é feito através de concursos públicos, com atividades específicas, seguindo diretrizes de cada edital (CARNEIRO, 2013, p. 284).

O concurso público garante a imparcialidade nos processos de seleção, garantindo acesso a todos, baseando apenas nas qualificações exigidas para os cargos, após aprovação, iniciando as atividades funcional o servidor ainda passará por um período probatório, ou seja, período de experiência, de três anos para garantir a estabilidade de acordo com o Art. 41 da Constituição Federal “São estáveis após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público” (Redação do art. 41 da Constituição Federal dada pelo art. 6º da Emenda Constitucional nº19, de 04/06/98).

O Cargo público é o conjunto de atribuições e responsabilidades cometidas a um servidor público e que tem como características essenciais a criação por Lei, em número certo, com denominação própria, atribuições definidas e pagamento pelos Cofres do Estado” (LEI 3.780, 1960).

Deste modo, o servidor estável só será exonerado ou demitido se realizar alguma falta grave, conforme consta no Artigo 44 da Constituição Federal. Evidencia que o servidor público estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo-disciplinar em que lhe seja assegurada ampla defesa. Ou seja, ninguém será condenado, preso ou exonerado sem que esse seja julgado pela autoridade competente.

Lancman et al (2007) ressalta que apesar da estabilidade oferecida ao servidor público, ele está propenso a outros fatores desfavoráveis à sua ação de trabalho como a privatização, a terceirização de setores, a destituição de cargos, a responsabilidade pela escassez dos serviços, a instabilidade devida a mudanças políticas, o acúmulo de funções, além do estereótipo de serem burocráticos.

Brito e Pereira (1996) diz que a iniciação na cultura militar é uma espécie de choque cultural, marcada por vários rituais organizacionais e que se dá de maneira bruta e severa.

As recentes informações obtidas através da mídia sobre o desgaste físico e mental do policial militar que trabalha em uma dinâmica desfavorável para atender com mais qualidade a população, tem colaborado para o sentimento de desvalorização, e angustia. Silva e Vieira ressaltam que:

No caso dos policiais militares, a precarização das condições de trabalho pode ser proveniente dos equipamentos e instrumentos inadequados, da restrição de recursos orçamentários para a manutenção desses equipamentos, dos salários desproporcionais e da falta de capacitação profissional. Esses fatores acabam configurando um quadro desfavorável tanto para a eficiência do trabalho policial, quanto para a própria saúde dos policiais militares (SILVA; VIEIRA, 2008, p 166.)

Segundo Clot, (2008, p. 28, apud VILELA; SILVA; JACKSON FILHO, 2019, p. 293) quando as atividades do trabalhador são impossibilitadas, as consequências resultam em sofrimento, que geralmente se dá com um corte no poder de agir do sujeito. Dessa forma, o sofrimento não se define somente pela dor física e mental, mas pela restrição da capacidade de agir.

Dejours (1987) afirma que o trabalhador busca de forma criativa se adaptar a essas atividades, buscando congruência com o seu desejo. Quando esses ajustes são conduzidos no seu último limite, a relação *homem x organização do trabalho* fica impedida. Nesse processo inicia-se o domínio do sofrimento e da luta contra o sofrimento. O autor declara:

O desafio real na prática para a psicopatologia do trabalho é definir ações susceptíveis de modificar o destino do sofrimento e favorecer sua transformação e não sua eliminação. Quando o sofrimento pode ser transformado em criatividade, ele traz uma contribuição que beneficia a identidade. Ele aumenta a resistência do sujeito ao risco de desestabilização psíquica e somática. O trabalho passa a funcionar como mediador para a saúde. Quando, ao contrário, a situação de trabalho, as relações sociais do trabalho e as escolhas gerenciais empregam o sofrimento no sentido patológico, o trabalho funciona como mediador da desestabilização e da fragilização da saúde (DEJOURS, 2007, p.137).

Nesse sentido, Daniellou e Teiger (1989) afirmam que através do trabalho o homem transforma e é transformado. Segundo Seligmann-Silva (1994) a saúde mental vem sendo investigada por várias disciplinas que se correlacionam com o trabalho. Disfunções como a fadiga, o estresse e o embotamento afetivo estão atrelados ao trabalho sobre o comando do poder, alienação ou ambientes de trabalho hostil. Na contemporaneidade, os estudos que se evidenciam são a teoria do estresse, de acordo com Selye (1951 apud ROSSETTI et al, 2008) o estresse é um elemento inerente a toda doença, uma resposta orgânica para situações estressoras ao organismo que produz certas modificações na estrutura e na composição química do corpo, as quais podem ser observadas e mensuradas, a manifestação do estresse se dá através da Síndrome Geral de Adaptação na qual possuem três fases: alerta, resistência e exaustão.

Autores como Limongi e Rodrigues (2002) ressaltam que para entendermos como funciona o corpo humano na abordagem psicossomática é preciso entender que o ser humano funciona como um todo, logo, essa interdependência com fatores psicológicos, biológicos e sociais são inerentes a cada ser humano. O diálogo com esses autores visa principalmente fundamentar a interpretação dos temas apresentados, de forma a oferecer uma visão científica e abrangente do objeto de estudo.

METODOLOGIA

O presente estudo é uma pesquisa bibliográfica na qual Marconi e Lakatos (2006) evidenciam que esse tipo de pesquisa abrange toda bibliografia que já tenha se tornado público, jornais, meios de comunicação, revistas, artigos, etc. Que tem por finalidade colocar pesquisador em contato direto com tudo que esteja relacionado ao assunto.

Com isso, foi consultado na base eletrônica do Google acadêmico, usando como palavra-chave: polícia militar; saúde mental; psicologia, datando do período de 2008 a 2018. O critério para exclusão foram os artigos que se tratavam da polícia civil e federal que abordavam outros temas diferentes à saúde mental seguido o grau de relevância para a investigação do tema

Em suma, foram selecionados oito artigos, quatro matérias de jornais e duas reportagens disponíveis na internet pesquisados em fontes confiáveis para a investigação do tema citado. Na leitura dos dados, utilizou-se a análise a partir dos resultados das bibliografias de diferentes autores que dissertam sobre o tema.

RESULTADOS

O policial militar está exposto a todo o tipo de violência e risco de vida, podendo considerar situações extremamente estressante em sua rotina de trabalho, alguns pesquisadores trazem dados que demonstram alguns fatores que contribuem de forma negativa na saúde do policial militar.

Na pesquisa de Oliveira e Santos (2010) realizada no estado de São Paulo, objetivou explorar a percepção de policiais militares da força tática e de rua acerca dos aspectos que permeiam sua saúde mental, contou com a participação de 24 policiais de dois batalhões constataram que: (91,7%), sempre ou às vezes, percebiam-se estressados; uma parte (41,7%) alegou já ter agido sobre impulso em alguma ocorrência; 88,3%, sempre ou às vezes, se percebiam emocionalmente cansados após jornada de trabalho; 62,5% declararam que às vezes percebiam-se agressivos no trabalho; 20,8% já pensaram em suicídio e 8,3% jamais se sentiram realizados com a profissão.

O fator estresse, se destaca em todas pesquisas. Por tanto é necessário entender como o estresse se instala. Lipp (2003 apud Rossetti et al, 2008) afirma que o estresse se manifesta através da Síndrome Geral de Adaptação na qual possuem três fases: alerta, resistência e exaustão. Na fase de alerta quando o indivíduo está diante de um fator estressante o corpo automaticamente passa a produzir quantidades maiores de adrenalina, fornecendo assim a energia necessária, buscando preservar a sobrevivência, entende-se como uma reação natural e positiva. Na segunda fase, a fase da resistência, onde o sujeito intenta lidar com os fatores estressores para manter sua integridade, o equilíbrio interno, caso isso não seja possível, acontece a quebra da resistência e o sujeito passa para a fase de exaustão, onde podem ocorrer doenças físicas e psicológicas. Saber reconhecer-se nessas fases é de imensa importância, pois auxilia a identificar quando é necessário procurar ajuda.

Nas pesquisas realizadas na cidade de Natal, Costa et al (2007) buscou diagnosticar a ocorrência e a fase de estresse em policiais militares. Contou com a participação de 264 indivíduos extraída de uma população de 3193 militares do Comando de Policiamento da Capital, o que fez chegar aos resultados que: 52,6% dos policiais não demonstravam sintomas de estresse do outro lado ,47,4% apresentaram sintomatologia, dos 47,4% com estresse, 3,4% encontravam-se na fase de alerta, 39,8% na fase de resistência, 3,8% na fase de quase-exaustão e 0,4% na fase de exaustão. Sintomas psicológicos foram registrados em 76,0% dos policiais com estresse, e sintomas físicos, em 24,0%. Das variáveis investigadas, a única que apresentou relação com estresse foi o sexo feminino, sendo as mulheres as mais afetadas. Os Sintomas encontrados foram: nervosismo, irritabilidade excessiva, raiva prolongada, cansaço excessivo, irritabilidade sem causa aparente e perda do senso de humor. Os sintomas físicos encontrados foram: mãos e pés frios, excessiva sudorese, tensão, insônia, cansaço permanente, flatulência, falta de memória e doenças dermatológicas.

Sintomas semelhantes encontrados na pesquisa de Oliveira e Bardagi (2009) em seus estudos relataram que os sintomas de estresse detectados no policial militar foram sensação de desgaste físico constante, cansaço, tensão muscular,

problemas com a memória, insônia, irritabilidade, sensibilidade emotiva excessiva e pensar constantemente em um só assunto.

Oliveira e Bardagi (2009) demonstrou em seu estudo sobre os níveis de estresse e comprometimentos na carreira de policiais militares de Santa Maria no estado do (RS), que contou com a participação de 75 policiais homens e mulheres. Constatou que: 57,3% dos participantes apresentaram sintomatologia de estresse e que as mulheres apresentaram maior severidade nos sintomas. Os funcionários administrativos apresentaram maior comprometimento com a carreira do que os demais grupos. Estes resultados confirmam que a atividade militar se insere em um contexto de vulnerabilidade e indicam que, quanto maior o risco envolvido, menor é a segurança em relação à carreira.

Com relação ao tempo de serviço a pesquisa de Souza et al (2012) investigou os fatores associados ao sofrimento psíquico dos militares na cidade do Rio de Janeiro, contou com a participação de 1.120 policiais. A análise verificou prevalência de sofrimento psíquico em 35,7% dos policiais militares da cidade do Rio de Janeiro. Em relação ao tempo de trabalho, 13,2% dos que estavam há dez anos na corporação apresentavam sofrimento psíquico, contra 24% dos que trabalhavam de 11-20 anos e 16,2% dos que tinham mais de vinte anos na polícia.

Pinheiro e Fariloski (2016) verificou o nível de estresse em policiais militares no estado do Rio Grande do Sul, a participação de 50 policiais militares, de ambos os sexos, constatou que 39,3% dos policiais avaliados apresentam estresse, 61% com sintomas psicológicos, 90% encontra-se na fase de resistência.

Nos estudos de Ferreira, Bonfim e Augusto (2011) realizado na cidade de Recife Pernambuco com a participação de 288 policiais militares buscando investigar o estilo de vida dos servidores constatou que: 12% relataram fumar, 10% foram classificados com suspeita de consumo abusivo de bebidas alcoólicas, 73% foram considerados insuficientemente ativos e 40% disseram se envolver em conflitos de forma frequente ou às vezes.

Nos estudos de Ferreira e Dutra (2017) realizado no estado de Minas Gerais avaliou os fatores psicossociais do trabalho, a auto percepção de saúde mental e a capacidade para o trabalho de policias militares, com a participação de 98 policiais militares constatou que: A maioria eram homens (88,8%), com média de idade de 37 a 44 anos, sedentários (55,1%). Mais de 70% avaliaram sua saúde mental como muito boa ou boa e 29,6% como regular, ruim ou muito ruim. Do total de policiais, 51,1% possuíam baixo controle sobre o trabalho, 42,3% alta demanda e 50,5% referiram baixo suporte social. Apenas 22,4% apresentaram ótima capacidade para o trabalho.

Souza e Paula (2018) em suas pesquisas constatam que, em maior ou menor grau, policiais em algum momento em decorrer da função, já sofreram psicologicamente. Somente em Goiás, em 2017, ocorreram 470 suicídios registrados e 171. Fonseca e Cunha (2014 apud Souza e Paula 2018). Evidenciam as pesquisas feita em 2014 com a polícia militar de Goiás que contou com a participação de 375 militares onde 20,6% tiveram comportamento de estresse grave e transtorno de adaptação; 18,2% ocorrência de depressão; 13,5% transtorno afetivo bipolar; 9,4% apresentaram ansiedade; 7,4% transtorno depressivo recorrentes; 6,3% transtornos mentais e comportamentais decorrente ao uso de álcool; 4,7% transtorno específicos da personalidade; 6,7% outros e 8% sem diagnostico.

DISCUSSÃO

Em nenhuma outra categoria de funcionários públicos a inserção, se mostra de maneira tão sistematizada como na polícia militar. Os concursos partem de acordo com o edital, entretanto, para o militar existem outras atribuições e exigências específicas.

Para entendermos essas especificidades vamos contar com os relatos de Brito e Pereira (1996), que realizaram uma pesquisa e relataram como se dá esse ingresso na polícia militar. Segundo os autores, a inserção na polícia militar se dá mediante a concurso público com exigências segundo o edital, após uma seleção rigorosa que envolve exames médicos e laborais, aptidão física, testes e entrevistas psicológicas, entrevistas pessoais com oficiais que tem o poder de veto e

aprovação, e por fim passam por uma investigação social e os selecionados são enviados a um curso de formação de soldados com durabilidade em média de nove meses, os autores pontuam que:

Ao ultrapassar uma barreira, o indivíduo tem a oportunidade de participar da fase seguinte. Esse processo é profundamente angustiante, dados as expectativas geradas e a apreensão dos candidatos com relação aos resultados. Aos excluídos do processo resta o questionamento de suas próprias capacidades e um sentimento de profunda frustração e de derrota. (BRITO, PEREIRA, 1990, p.151).

Esse período de aprendizagem e socialização na cultura militar tem como objetivo descaracterizar e transformar o sujeito, criando premissas em que os recrutas passem a indagar seus comportamentos, crenças e valores. Perpassando para a construção da identidade militar constituindo-se através das disciplinas e dos rituais socializadores a normas e valores pertinentes a cultura militar.

Cultura essa, que tem como pilar a obediência as hierarquias e as disciplinas que os principiantes retêm entendimento a quem deve ter a postura adequada, prestando continências aos oficiais (coronel, tenente-coronel, major, capitão, primeiro-tenente, segundo-tenente) e das praças (subtenente, primeiro-sargento, segundo-sargento, terceiro-sargento, cabo, soldado). O que envolve uma relação de poder, disciplina, obediência e autoridade. Sales e Sa acrescentam que:

Seguir o padrão rígido de patente não é problema para o policial. Ele só se torna prejudicial na medida em que há uma série de fatores que contribuem para a humilhações e desvalorização do indivíduo. Pode-se tornar a situação em que os superiores utilizam o seu cargo para constranger e oprimir aqueles em posição hierárquica relativamente inferior, e fortalecendo estado de baixa autoestima e desvalorização profissional. (SALES, SA, 2007, p.188).

Brito e Ferreira (1996) evidenciam que essa transformação se dá de maneira bruta e severa, levando o recruta ao despojamento de sua identidade civil. O recruta é marcado por rituais organizacionais na qual percebe essa transição como dramáticas, humilhantes e de intenso sofrimento e permeadas por pressões psicológicas. Para a corporação e seus membros, seriam iniciação da morte do civil e o nascimento do militar. A partir daí o militar está pronto e é inserido no contexto de trabalho e aos impactos que a profissão acarreta ao sujeito ao longo da carreira.

Nos últimos anos, a saúde mental do policial militar vem criando visibilidade no campo das ciências humanas e muito tem se ouvido falar do adoecimento mental e suicídio entre policiais, que chegam a números alarmantes. Silva e Vieira ressaltam que:

No contexto dos militares estaduais, é preciso considerar tanto os aspectos de organização do trabalho quanto as situações de risco a que esses profissionais estão expostos, principalmente pelo aumento significativo da violência e pela precarização do trabalho. É a sinergia desses componentes que pode ocasionar implicações na saúde mental desses profissionais. É a maneira como essas forças interagem e o embate que é vivido cotidianamente pelo policial em sua atividade-fim, que terminam por gerar o sofrimento psíquico, com possíveis desdobramentos em alcoolismo, depressão e até mesmo em suicídio. (SILVA, VIEIRA, 2008, p.168,169).

O aumento da violência e a precarização do trabalho pode desencadear situações estressantes em que o policial militar venha se sentir inseguro em suas tarefas podendo tornar o trabalho disfuncional e prejudicial.

As disfunções que o trabalho pode causar a saúde mental do trabalhador confirmado no estudo feito por Costa et al. (2007), pois concluíram que o estresse entre policiais militares ocorre em todos os postos hierárquicos, destacando oficiais superiores e intermediário, cabos e soldados e afirma que os sintomas de estresse se manifesta principalmente por meio de sintomas psicológicos, com baixos níveis de sintomas físicos.

Diferente do que foi constatado nos estudos de Souza et al (2012) foi verificado a presença de certos distúrbios do sistema nervoso e digestivo, muscular, ósseo, dermatológico, visual, auditivo e fala. Revelando um quadro preocupante, tanto para os policiais quanto para a sociedade. Sintomas que envolvem fatores psicológicos, biológicos e sociais. Os autores complementam que foram encontradas consequências relacionadas ao sofrimento psíquico, como capacidade de reagir em situações difíceis, grau de satisfação com a vida, comprometimento da saúde física e mental, excessiva carga de trabalho exposição ao estresse e a vitimização.

Ferreira e Mendes (2001 apud Sales, Sá, 2015) evidenciam em sua pesquisa alguns relatos feitos por policiais em tratamento, como causa de adoecimento, condições insalubres, escalas exaustivas associadas ao desgaste físico, estresse, e ao sofrimento psíquico além do próprio risco de morte que a

profissão carrega, medo de sofrer lesões, e incerteza dos julgamentos morais dos outros colegas e atividades repetitiva, e confusão entre os interesses pessoais e da corporação e a má remuneração.

Neste sentido Minayo e Constantino enfatiza que:

Nos grupos focais, oficiais, cabos e soldados deram relevância ao sofrimento que sentem pelo menosprezo social, sobretudo quando ele vem da população pobre e das periferias que, por sua vez, compõem o segmento social mais vitimizado pela violência policial. Por causa da falta de reconhecimento social que gostariam de merecer, esses profissionais justificam a imagem endurecida que os leva a tratar os cidadãos como inimigos, como se estivéssemos em uma guerra interna (MINAYO, CONSTANTINO, 2008 p.160).

Denota-se o quanto o reconhecimento está ligado aos sofrimentos da categoria. É importante esses fatores ganharem visibilidade e serem consideráveis na saúde mental do policial militar. Além do ambiente hostil e violento em que atribui a missão de policial, somam os fatores de reconhecimento perante o estado e a sociedade.

Oliveira, Santos (2010) cita que um dos agravantes ao estresse do policial está relacionado a limitação que a sociedade imputa, a manifestação de fraqueza, como angústia, frustrações e emoções. O militar não tem espaço para manifestar suas questões, como descontentamentos, tristezas e medos.

Uma outra questão desfavorável a saúde mental do policial militar, são os baixos salários pagos e a necessidade de trabalhos extras, fora da instituição normalmente feito como segurança particular, aumentando assim as cargas de trabalho. Em estudos realizados por Ferreira, Bonfim e Augusto (2011) demonstram que 60% dos policiais militares prestam serviços particulares fora da instituição policial. Silva e Vieira (2008) confirmam que ao desempenharem outros serviços chamados “bicos” para complementarem a renda, comprometem o horário de descanso, o lazer e convívio familiar, necessários para a saúde do trabalhador.

Serviços particulares é uma atividade ilícita dentro da polícia militar. No Art., 142 da Constituição Federal proíbe a sindicalização e greve para policiais militares, recursos que, geralmente, lhes permitiriam, a exemplos de outras categorias de trabalhadores, fazer pressões passíveis de resultar em melhorias salariais ou de condições gerais de trabalho. Em regra geral, existem sérias consequências como

punições, processo administrativo disciplinar e conforme julgado podendo ser exonerado ou demitido. Oliveira e Santos pontuam que:

A falta de investimentos públicos quanto à melhora dos salários desses profissionais, remetendo-os a um contínuo ritmo de trabalho na corporação e fora dela. Essa carga dobrada, possivelmente aumenta o cansaço físico e o desgaste emocional e depõe de forma negativa para a saúde mental do policial. Majoritariamente a corporação militar anseia por melhores condições de trabalho, contudo ao se submeter aos bicos, esses profissionais se expõem ao risco condições de trabalho e segurança precárias. (OLIVEIRA, SANTOS,2010, p.240).

Em 1997, a polícia militar do estado de Minas Gerais reivindicou reajustes salariais com manifestações. Sofreram retaliações, punições, prisões e afastamento de 187 militares, (FOLHA SÃO PAULO, 28/06/98; You tube). O mesmo cenário se repetiu em fevereiro de 2017 no estado do Espírito Santo. A segurança pública entrou em colapso. Durante 22 dias as esposas e amigos de militares impediram a passagem das viaturas e dos agentes, com placas anunciando o pior salário do Brasil e denunciando o descaso do Governo, reivindicando reajuste salarial, reposição da inflação, insalubridade, periculosidade, adicional noturno e criticaram as más condições de trabalho, como frota sucateada, revezamento de coletes, plano de saúde e auxílio alimentação entre outros benefícios não concedidos aos militares do Espírito Santo (A GAZETA, 09/02/2017).

Sem a segurança dos policiais militares, o estado vivenciou uma onda de violência que resultou em 219 homicídios de civis, saques e assaltos no comércio que gerou prejuízo de 300 milhões de reais. O Governo do estado pediu ajuda às forças armadas, que enviou 1.850 homens que custou 37 milhões aos cofres públicos (FOLHA VITORIA, 04/02/ 2018).

A situação vivenciada foi de intenso sofrimento tanto para a sociedade como para os militares. Dias após a greve dos policiais militares, foi convocado pelo governo do estado ao conselho de psicologia do estado do Espírito Santo, atendimentos voluntários em caráter emergencial para uma intervenção psicológica para esses servidores.

Dois anos depois da manifestação dos familiares dos policiais militares do Espírito Santo, foi divulgado em um jornal do estado que ainda 500 policiais se encontram afastados para tratamento psicológico e destaca ainda que 57 policiais tentaram

contra a própria vida e 8 se suicidaram. (JORNAL A GAZETA 16/01/2019). Dejours (1987) afirma que quando esses ajustes chegam ao último limite inicia-se o domínio de sofrimento.

Esse engessamento, no corte do poder de agir, sem voz para reivindicar direitos ou descontentamento. São obrigados a cumprir ordens e manter a ordem. Souza et al (2012) pontuam que o policial exposto a cargas horárias extensivas e intensas em situações estressantes, tendem a desenvolver problemas de saúde que se tornam crônicos a longo tempo, caso não recebam uma atenção especial.

Minayio, Assis e Oliveira, (2011) pontuam que quando um policial se envolve em alguma ocorrência e tem problemas éticos ou de conduta, o militar é afastado de suas funções para que seja avaliado o seu quadro clínico e psicológico. Por muitas vezes isso é entendido como punição ou sinal de fraqueza. O que pode afetar a percepção de saúde mental.

Deste modo, entende-se com relevante a prevenção da saúde mental do policial militar. Na inserção do policial militar, ele passa por avaliações e entrevistas psicológicas, após efetivação do servidor, existem exames de rotinas engajamento, ou chamado exames periódicos, o primeiro é feito com 2 anos de serviços prestados e os outros de 4 em 4 anos, nesses exames o policial militar não é entrevistado por um psicólogo, sendo que a psicologia possui ferramentas que podem evidenciar através de testes mudanças comportamentais e cognitivas que poderiam entrar com uma intervenção antes mesmo de torna-se patológico ou impossibilitante. Nos relatos de Oliveira e Santos (2010), constatam que:

As corporações militares, de um modo geral, não possuem em seu quadro de funcionários um psicólogo ou até mesmo, um setor de psicologia que atue junto com o médico ou, ainda, que tenha autonomia própria para propor ao militar algum tipo de tratamento ou suporte clínico, ou ainda, algum trabalho preventivo para conter os sintomas mais latentes já no início de seu aparecimento. Essa assistência ocorre, na maior parte das vezes, quando a iniciativa de encaminhamento parte a pedido do militar, o que dificilmente ocorre, devido à preocupação do mesmo com a postura dos demais membros ou quando o policial se envolve em alguma ocorrência e passa a demonstrar problemas decorrentes desta. Diante disso, o militar é afastado de suas funções por determinado período para que seja possível a realização de uma avaliação mais detalhada de seu quadro clínico e psicológico. Esse procedimento, muitas vezes, é considerado pelo policial como uma punição, ou até mesmo como sinal de fraqueza. Percebe-se que, dentro do militarismo não existem medidas preventivas ou políticas públicas efetivas e eficazes que proponham uma melhor estruturação das ações que

objetivam a melhoria da qualidade de vida do policial militar. (OLIVEIRA, SANTOS, 2010, p. 247).

Do outro lado, entende-se a resistência dos policiais em procurar ajuda psicológica. Oliveira e Santos (2010) evidenciam que esse tipo de serviço ainda é recente. Quando um policial é baleado ele é acompanhado por um psicólogo, para a procura espontânea a preocupação principal entre os policiais seriam no que os outros colegas iriam pensar, ou seja, ao procurar ajuda psicológica estariam se declarando loucos, Sales e Sá (2016) confirmam esses relatos em suas pesquisas que quando surge a licença para tratamento de saúde surge rotulações, de “louco” ou “enrolado” por parte dos colegas de farda, como se o policial adoecido estivesse burlando os controles da corporação. Com isso aumenta o sofrimento até tornar-se incapacitante. Ferreira e Dutra (2017) evidencia que o policial militar tem a percepção de saúde como negativa, o que acaba dificultando uma intervenção devido à resistência.

Em uma matéria exibida no Fantástico em 15 de set de 2019, tornou-se público o adoecimento da categoria revelando que 43 policiais militares são afastados todos dias no Brasil por transtornos psiquiátricos.

Denota-se que não se trabalha efetivamente a prevenção e a promoção da saúde mental no meio militar. As que se encontram disponíveis em alguns estados não dão conta da demanda devido à pouca contratação de psicólogos e psiquiatras e a falta de estratégias. O número crescente de licenças concedidas para tratamento da saúde mental no entre os policiais militares é alarmante, e sofre também descaso e restrições de chefes para liberar seus subordinados. Oficiais declararam na pesquisa de Oliveira e Santos (2010) que as queixas de sofrimento psíquico seriam tratadas como intuito de se afastar do serviço, uma maneira de desculpar-se, e por isso a atenção a saúde mental não é prioridade na corporação. Oliveira e Santos (2010) ainda pontuam que dentro do militarismo não existem medidas preventivas ou políticas públicas efetivas e eficazes que proponham uma melhor estruturação das ações que objetivam a melhoria na qualidade de vida do policial militar.

Em alguns estados já se encontra o início de uma intervenção “curativa”. Trata-se de policiais afastados e adoecidos, o que seria uma intervenção tardia no âmbito da segurança pública. Salles e Sá (2016) relatam que na polícia militar do estado do Ceará, após um número significativo de afastamento, foi inaugurado no ano de 2009 um centro de atendimento biopsicossocial, onde oferece tratamento aos policiais e seus dependentes com terapia em grupo ou individuais e palestras motivacionais. De início os atendimentos aconteciam de forma voluntária por parte do policial. Em 2012, foi determinado através de um boletim interno que todos que estivessem de licença para tratamento psicológico passassem a ser acompanhados pelos psicólogos da corporação.

Mesmo acarretados de sofrimento, os participantes apresentaram resistência, receosos com a rotulações de “loucura”. Sales e Sá (2016) evidenciam que essa resistência acontece mediante a falta de informação sobre a saúde mental.

Souza e Paula (2018) destacam em seus estudos a necessidade de informação e de compreensão dos conceitos básicos sobre saúde mental em um processo de saúde e não de doença dando possibilidade aos policiais de identificar e agir com conhecimento e sem preconceito diante da sua própria saúde, até mesmo para um movimento de prevenção dentro da instituição.

Minayo e Constantino (2008) destacam algumas consequências do adoecimento do policial como o alcoolismo, e drogadição embotamento afetivo, crises conjugais e violência intrafamiliar. As consequências do adoecimento mental dos policiais militares vêm refletindo na sociedade e ganhando visibilidade através dos noticiários com os excessos de agressividade e o uso da violência. Ao serem afetados o policial militar acaba afetando toda sociedade.

CONCLUSÃO

Diante dos expostos, pode-se concluir que a percepção do policial militar diante saúde mental, não é consolidada e nem homogênea. Os que adoeceram percebem tardiamente e os que estão em processo de adoecimento não percebem os riscos por falta de informação sobre saúde mental criando um preconceito que acaba afastando as possibilidades de intervenção.

A exposição a violência é parte do trabalho do militar e situações traumatizantes são tratadas como rotina de trabalho. Sem uma escuta e acompanhamento de um psicólogo para avaliar as condições emocionais desse servidor, que acaba suprimindo suas emoções devido a necessidade de rigidez e coragem o que acaba afetando sua percepção.

Denota-se que os policiais militares não recebem acompanhamento psicológico adequado e suficiente, e com isso pode vir a contribuir para o adoecimento.

Entretanto, um elemento que se destaca em todas as pesquisas como fator principal e que acarreta vários prejuízos a saúde mental e física são os baixos salários pagos a categoria. A falta de reconhecimento, tanto da sociedade quanto do Estado quando negligencia investir na segurança pública de maneira eficaz e sistemática.

Deste modo, compreende-se que o adoecimento do policial militar acarreta imensos problemas a sua vida e de seus familiares e para a sociedade a qual eles prestam, serviços.

O policial militar é responsável pela preservação da segurança e a organização pública à função é de suma importância para a sociedade. À vista disso, recomenda-se um comprometimento do Estado diante da sociedade torna-se necessário um investimento eficaz do Estado na segurança pública, oferecendo melhores condições de trabalho, intervenções psicológicas com foco na saúde, e não na doença, visando a preservação, promoção e prevenção da saúde mental dentro da instituição militar, criando estratégias de acompanhamento psicológico individuais e em grupos, usando de todas as ferramentas que a psicologia disponibiliza com profissionais capacitados. Ainda oferecer cursos e palestras sobre saúde mental, em todos os níveis hierárquicos inclusive no curso de formação de soldados para que eles possam iniciar a carreira com atenção e cuidados para identificar qualquer mudança comportamental, buscando desmistificar através da informação, garantindo assim a sociedade servidores capacitados a garantir segurança em plena saúde mental.

Dessa forma, considera-se que esse artigo alcançou o objetivo que foi proposto, contribuindo no campo da pesquisa para políticas e processos de trabalhos sadio

e humanizados. É importante que outros estudos sejam feitos sobre métodos de intervenção no meio militar.

REFERÊNCIAS

BERNARDO, Márcia Hespanhol; MAENO Maria; MAENO Mina; SELIGMANN-SILVA Edith. O mundo contemporâneo do trabalho e a saúde mental do trabalhador. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S030376572010000200002&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 10 jun. de 2019.

BRASIL. Lei nº 3.780, de 12 de julho de 1960. DOS CARGOS. Casa Civil, 12 jul. 1960. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1950.1969/L3780.htm. Acesso em: 21 nov. 2019.

BRITO, M. J. de; PEREIRA, v. G. P. socialização organizacional: a iniciação na cultura militar. *Revista Brasileira de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 30, p. 138-165, 1996. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/8031/6807>. Acesso em: 10 jun. de 2019.

CARNEIRO, Sergio. O que pode dificultar ou facilitar a qualidade de vida no trabalho nas organizações públicas. In: FERREIRA, Mario Cesar, ANTLOGA, Carla; PASCHOAL, Tatiane, FERREIRA, Rodrigo. *Qualidade de vida no trabalho*. Brasília: Paralelo 15, 2013.

COSTA, Marcos; JUNIO, Horácio Accioly; OLIVEIRA, José; MAIA, Eulália. Estresse: diagnóstico dos policiais militares em uma cidade brasileira. *Revista de Saúde Pública no Brasil*. 2007. Disponível em: https://www.scielosp.org/scielo.php?pid=S102049892007000300004&script=sci_arttext&lng=en Acesso em: 18 out. 2019.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL. (1998), Capítulo VII-Organização do Estado: Servidores Públicos. Brasil: Emenda Constitucional, 2019. Disponível em: https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/EMC19_04.06.1998/EMC19.asp Acesso em: 21 nov. 2019.

DALLARI, A. *O que é funcionário público* (Coleção Primeiros Passos). São Paulo: Brasiliense, 1989.

DANIELLOU, Laville; TEIGER, A. Ficção e realidade do trabalho operário. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, São Paulo, v. 17, n. 68, p. 7-13, 1989.

DEJOURS, Christophe. *A loucura do trabalho*. São Paulo: Cortez, 1987.

DEJOURS, Christophe. *Psicodinâmica do trabalho: contribuições da Escola Dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho*. São Paulo: Atlas, 2007.

FERREIRA, D, K, S; BONFIM, C; AUGUSTO, Lia G S. Fatores associados ao estilo de vida de policiais militares. *Ciênc. saúde coletiva*, Rio de Janeiro , v. 16, n. 8, p. 3403-3412, Aug. 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141381232011000900007&lng=en&nrm=iso. Acesso em 06 nov. 2019.

FERREIRA M, O; DUTRA, F, C, M, S, Avaliação dos fatores Psicossociais, saúde mental e capacidade para o trabalho em policiais militares de Uberaba MG. *Rev. Psicologia: Saúde Mental e Seg. Pública*, B Hte., 6, 133-151, jan./jun. 2017. Disponível em:

LIMONGI, F, A, C; RODRIGUES, A, L. *Stress e trabalho: uma abordagem psicossomática*. São Paulo: Atlas. 2002.

LANCMAN, Selma; SZNELWAR, Laerte. Idal.; UCHIDA, Seij; TUACEK, Tatiana. Amodeo. O trabalho na rua e a exposição à violência no trabalho: um estudo com agentes de trânsito. 2007. Disponível em https://www.scielo.org/scielo.php?pid=S141432832007000100008&script=sci_arttext&lng=pt#ModalArticles. Acesso em 21 nov. 2019.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados*. 6ª edição, São Paulo: Atlas, 2007.

MARX, K. *O capital: crítica da economia política* (vols. 1 e 2). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; ASSIS, Simone Gonçalves de; OLIVEIRA, Raquel Vasconcellos Carvalhaes de. Impacto das atividades profissionais na saúde física e mental dos policiais civis e militares do Rio de Janeiro (RJ, Brasil). *Ciênc. Saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 4, p. 2199-2209. 2011 disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141381232011000400019&lng=en&nrm=iso. Acesso em 15 Out. 2019.

MINAYO, Maria Cecilia S; SOUZA, Edinilza Ramos; CONSTANTINO, Patricia. *Missão prevenir e proteger: condições de vida, trabalho e saúde dos policiais militares do Rio de Janeiro*[online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2008. Disponível em <http://books.scielo.org/id/y28rt>. Acesso em 25 Out. 2019.

OLIVEIRA, Katya Luciane de; SANTOS, Luana Minharo dos. Percepção da saúde mental em policiais militares da força tática e de rua. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 12, n. 25, p. 224-250, Dec. 2010. Disponível em <https://www.redalyc.org/pdf/868/86819460009.pdf>. Acesso em 15 out. 2019.

OLIVEIRA, Paloma Lago Marques de; BARDAGI, Marúcia Patta. Estresse e comprometimento com a carreira em policiais militares. *Bol. psicol*, São Paulo, v. 59, n. 131, p. 153-166, dez. 2009. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0006-594320090002000003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 18 out. 2019.

PINHEIRO, Leticia Ribeiro Souto; FARIKOSKI, Camila. Avaliação do Nível de Estresse de Policiais Militares. *Revista de Psicologia da IMED*, Passo Fundo, v. 8, n. 1, p. 14-19, jun. 2016. ISSN 2175-5027. Disponível em <https://seer.imed.edu.br/index.php/revistapsico/article/view/1250>. Acesso em 06 nov. 2019.

ROSSETTI, Milena Oliveira; EHLERS, Denise Mazzaferro; GUNTERT, Ingo Bernd; SÁ LEME; Irene F. Almeida de; RABELO, Ivan Sant' Ana; TOSI, Silésia M. Veneroso Delphino; PACANARO, Sílvia Verônica; BARRIONUEVO, Veridiana Leiva. O inventário de sintomas de stress para adultos de lipp (ISSL) em servidores da polícia federal de São Paulo. *Rev. bras. ter. cogn.*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 108-120, dez. 2008. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S180856872008000200008&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 06 dez. 2019.

SALES, Larissa M, SA LD. A condição do policial militar em atendimento clínico: uma análise das narrativas sobre adoecimento, sofrimento e medo no contexto profissional. *Revista Pós Ciências Sociais*. v.13, n.25 jan/jun. 2016. Disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rpcsoc/article/view/4279>. Acesso em 06 out. 2019.

SELIGMANN-SILVA, E. Desgaste mental no trabalho dominado. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: UFRJ, 1994.

SOUZA, Edinilsa Ramos de, MINAYO, Maria Cecília de Souza, SILVA, Juliana Guimarães; PIRES, Thiago de Oliveira. Fatores associados ao sofrimento psíquico de policiais militares da cidade do Rio de Janeiro, Brasil. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 7, p. 1297-1311, jul. 2012. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102311X2012000700008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 06 out. 2019.

SOUZA, Zanetin, Gilberto, Luiz; Oliveira, Elaine de Paula. A importância do acompanhamento psicológico na atividade policial. Comando da academia de polícia de Goiás- Biblioteca digital de segurança pública – maio 2018. Disponível em: <https://acervodigital.ssp.go.gov.br/pmgo/handle/123456789/1064>. Acesso em out. 2019

SILVA, Maurivan Batista da. VIEIRA, Sarita Brazão. O Processo de Trabalho do Militar Estadual e a Saúde Mental. *Saúde sociedade*, São Paulo, p. 161-170, 8 jul. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.org/pdf/sausoc/2008.v17n4/161-170>. Acesso em 7 jul. 2019. Acesso em: 06 out. 2019.

VILELA, Rodolfo Andrade de Gouveia; SILVA, Reginalice Cera da; JACKSON FILHO, Jose Marçal. Poder de agir e sofrimento: estudo de caso sobre Agentes Comunitários de Saúde. *Rev. bras. Saúde ocupacional.*, São Paulo, v. 35, n. 122, p. 289-302, dez. 2010. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S030376572010000200011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 21 nov. 2019.

DOCUMENTÁRIOS

REDACAO, F, V: Paralisação da PM completa um ano. Relembre fatos que marcaram a Crise na segurança do ES. *Jornal folha Vitoria ES*, 04 fev.2018, disponível em <https://www.folhavitoria.com.br/policia/noticia/02/2018/paralisacao-da-pm->. Acesso em 06 out. 2019.

YOU T.: Greve da polícia militar 1997 disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=NwikAqB-Rb0&t=310s>. Acesso em 06 out. 2019.

Folha S.P: Entenda o conflito em Minas Gerais, *Folha São Paulo SP*, 28 agos.1997 disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1997/6/28/cotidiano/20.html>. Acesso em: 06 out. 2019.

Machado, V, do G1: O que de fato reivindicam os policiais militares do Espírito Santo, *A gazeta ES* publicado em 09 0fev 2017, disponível em <https://www.gazetaonline.com.br/noticias/cidades/2017/02/o-que-de-fato->. Acesso em 06 out. 2019.

VERLI, C. Greve da PM: 57 policiais tentaram suicídio e oito se mataram. *A gazeta ES* publicado em 16 jan 2019, disponível em <https://www.gazetaonline.com.br/noticias/cidades/2019/01/greve-da-pm-57>. Acesso em: 06 out. 2019.

FANTASTICO- O drama dos policiais no Brasil que sofrem transtornos psiquiátricos – Rede de televisão globo - Brasil 15 set 2019. disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=NwikAqB-Rb0>. Acesso em 06 out. 2019.